

As publicações do original Manuscrito do Manifesto do MPLA 2008-2019

A partir de 2006, quando se dá a divulgação no site da Fundação Mário Soares do Manuscrito do Manifesto do MPLA integrado no acervo documental de Mário de Andrade, rapidamente seguiram-se várias publicações.

Em Agosto de 2008, o MPLA dá a estampa a sua obra, "História do MPLA 1º Volume (1940-1966)", e nos anexos do I Volume integra o original manuscrito do Manifesto, e a sua versão dactilografada. (Veja-se História do MPLA, pp.399-429).

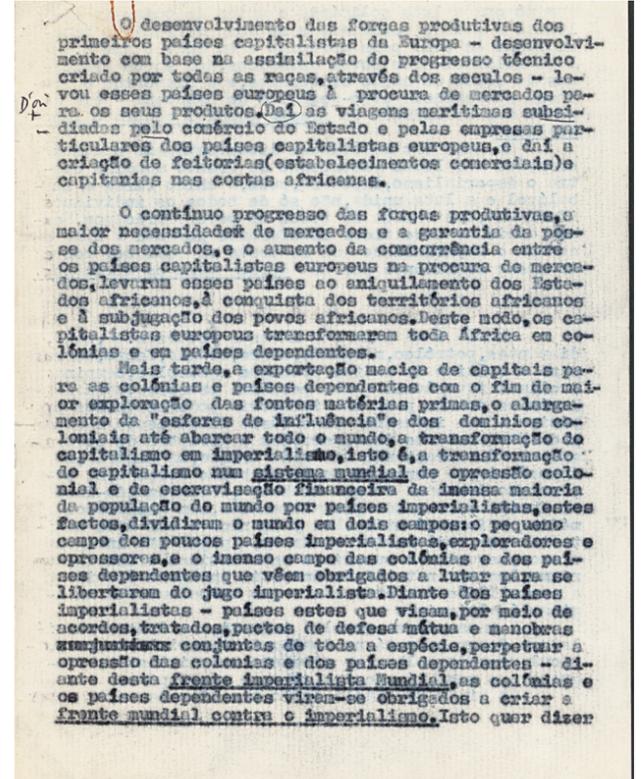
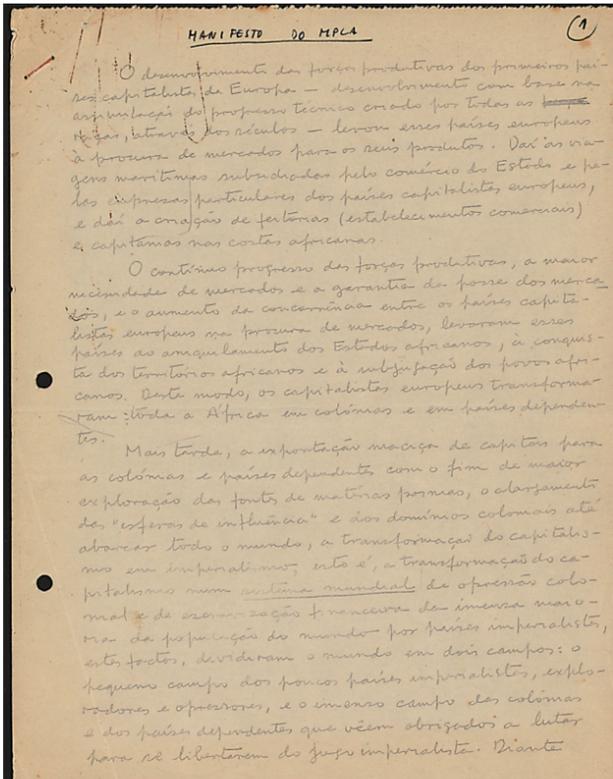
Está igualmente disponível uma obra sobre Viriato da Cruz, uma edição da Associação Chá de Caxinde, que saiu a público, também em 2008, e que publicou na íntegra o original do Manuscrito em fac-símile do Manifesto do MPLA. (Viriato da Cruz O Homem e o Mito Porto - Amboim (Angola) 1928- Bejing (China) 1973 (Veja-se pp. 345-361).

Em Março de 2009, foi editada a obra de Fernando Correia intitulada: "Américo Boavida - Tempo e Memória

(1923-1968)", esta, também incluiu nos anexos, integralmente em fac-símile o original manuscrito do Manifesto do MPLA, anotando do seguinte modo: "(...) Manuscrito a lápis por Viriato da Cruz, com aposição escrita à mão e com tinta, por Mário de Andrade, do título e da data (Dezembro 1956) Fonte: Documentos de Mário de Andrade /Fundação Mário Soares, 04357. 005.(...)"(pp. 402-418).

Em Maio de 2012, a Fundação Agostinho Neto, publica um extracto do original do Manifesto, a sua primeira página com a seguinte legenda: Extracto da 1ª página do Manifesto do MPLA manuscrita por Viriato da Cruz, 10.12.1956 (IN Agostinho Neto e a libertação de Angola 1949-1974, Vol I, pag.579).

É importante assinalar que as publicações do Manifesto do MPLA, acima referidas, recorrem à mesma fonte: o documento integrado no espólio de Mário Pinto de Andrade a guarda da Fundação Mário Soares.



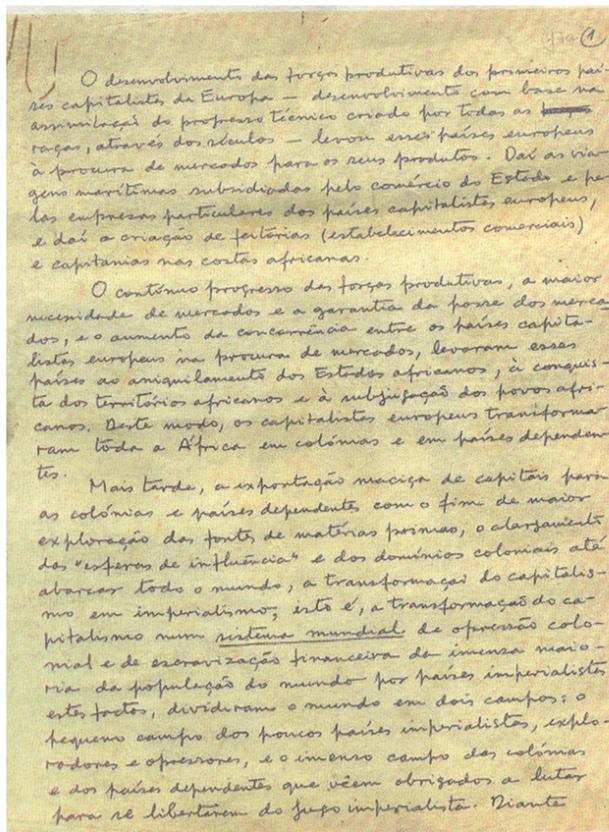
As polémicas publicações do Manifesto do MPLA

Em 2009, com a chancela da Associação Tchiweka de Documentação, saiu o título: "Lúcio Lara - Imagens de um percurso", e volta a estampa o Manifesto do MPLA, porém nesta edição só se publica a primeira e última páginas. - Conhecíamos bem o original do manuscrito do Manifesto do MPLA, que tínhamos tido a oportunidade de o consultar no espólio documental de Mário de Andrade a guarda da Fundação Mário Soares em 2008. Estranhámos contudo, como um documento tão importante da História do MPLA, estava tão acanhadamente colocado no livro que tratou de descrever uma trajetória de luta do nacionalista Lúcio Lara, figura de destaque do MPLA. E a notícia que me deixou desconcertante era a seguinte:

MANIFESTO

"(...) No quadro do trabalho de rotina de pesquisa, catalogação e arquivo dos muitos documentos do acervo de Lúcio Lara, foi encontrado, muito recentemente, "um" original manuscrito por Viriato da Cruz - em tudo idêntico ao que se conhece e foi publicado na "História do MPLA em 2008" - mas sem as observações introduzidas por Mário de Andrade, também sem data, e do qual aqui se reproduzem a primeira e última páginas. (...)" (p. 31).

Podemos aferir que na interpretação da ATD, existem dois "originais", já que a Associação Tchiweka diz possuir um original embora muito parecido com o que foi publicado pelo MPLA. A nossa estranheza recai para o facto de as duas páginas selecionadas na opção editorial da ATD, não lhe conferiam a importância que possui aquele documento. Diremos tão só, que as edições anteriores aqui citadas, a do MPLA que publicou o manuscrito, e a sua versão dactilografada, as demais vertentes editoriais, à excepção



da Fundação Agostinho Neto, publicaram na íntegra, ou seja as 17 páginas do manuscrito do Manifesto em fac-símile, isto é, o documento original, contrariamente a ATD que preferiu acondicionar as duas folhas numa única página.

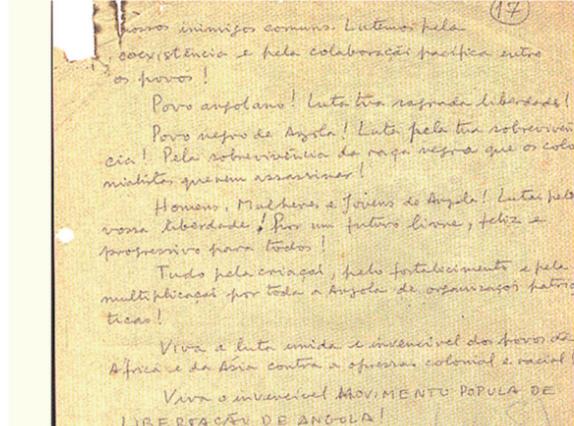
Para contrapor algumas das atordoadas nas declarações de Carlos Pacheco, designadamente no seu título publicado em 2016, "Agostinho Neto o Perfil de um ditador", a ATD volta a publicar no Novo Jornal de 29 de Julho desse ano, a sua versão do Manifesto, com a primeira e a última páginas do Manifesto, agora mais visivelmente adulterados.

Na primeira página, comparativamente à edição de 2009 esta aparece com o formato A4 completo, operação que se obteve com uma colagem da parte de cima da página 17,

isto é, da última página, o que resulta num efeito não muito bem conseguido, ficando à vista a marca das linhas emendadas e ainda a marca da página (17) de onde se foi buscar o remendo, com o acrescento da letra "a", o que de qualquer forma não disfarça muito bem.

Na página 17 justamente no local onde o seu original trás a data "Dezembro 1956", identificamos uma tentativa de parêntesis notando-se facilmente o exercício que apaga o registo da data.

Não se tendo feito qualquer reparo neste entretanto, aos autores desta manobra recambolésca, ressurgem com a coragem para chamar a si, a posse do original do Manifesto do MPLA, transformando em cópia o original que esteve em posse do seu redactor e depois se manteve com o autor dos ele-



mentos que lhe conferiram uma nova feição, ou melhor lhe concederam a sua última identidade, pois o documento passou a ter título retirado da palavra de ordem do final do texto "(...) Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA e ficou datado, como vimos com a indicação neste documento do 1º Congresso dos Economistas Portugueses.

Na sequência do seu trabalho de divulgação, a ATD apresenta-nos em Abril de 2017, a terceira edição de "(...) Um Ampla Movimento..." revista e aumentada, e justificava-se:

"(...) respondendo a múltiplos pedidos, a Associação Tchiweka de Documentação (ATD) decidiu reeditar o livro... (...) Desto nota retivemos o seguinte: as principais motivações para a publicação do primeiro volume era uma necessidade sobretudo dos investigadores. Estamos plenamente de acordo. (...) Mantive-se a estrutura original mas alargou-se o texto de algumas cartas, de que antes apenas se publicaram extractos mais curtos e acrescentaram-se quatro cartas de uma correspondência entre Lúcio Lara e seu primo Ernesto Lar Filho. (...)".

Curiosamente o livro para se manter fiel a primeira edi-

ção, divisa que não consegue alcançar, volta a publicar a transcrição do documento acrescentado agora com fac-símile de extractos das páginas 8, e 17.

O que não estávamos a espera, é que nesse exercício se ignorassem as regras básicas editoriais e se fizesse acreditar os leitores que o original do Manifesto do MPLA estava em posse de Lúcio Lara, entretanto perdidos entre os papéis, reencontrados após a sua morte.

Para dar fé a esta tese, por e simplesmente retiraram a nota nº 1, da página 29, da 1ª Edição, que voltamos a transcrever. (...) a partir daqui falta a última folha do documento que nos foi enviado de Luanda a Lisboa, perdida aquando de uma exposição feita em Luanda em 1977. A parte final aqui publicada provém de cópias do Manifesto, uma dactilografada e outra da mão de Viriato da Cruz. O texto original que eu me lembre, tinha como data: Luanda, Dezembro de 1956.

Esta nota foi substituída por uma nova, com conteúdo bem distinto: "(...) Existem várias cópias dactilografadas deste "manifesto". Nas duas primeiras edições foi publicada uma versão com base em cópias dactilografadas. Entretanto foi encontrado no acervo de Lúcio Lara, o original de

uma versão manuscrita por Viriato da Cruz que aqui publicamos. Esta versão manuscrita, que não tem título nem data, contém algumas palavras rasuradas que não assinalamos aqui. (...)".

Há aqui uma evolução, na fraseologia. O artigo indefinido que apresenta o documento em 2009. Como se de "um" original se tratasse. Em 2017, passa-se para a apropriação do mesmo, pois identifica-se "o original" na posse de Lúcio Lara. Este facto não corresponde a verdade, primeiro porque em vida o nacionalista não declarou a sua posse, como se pode ver na nota atrás referida, por outro lado, Viriato da Cruz, na sua curta estada em Lisboa, não privou com Lúcio Lara, pelo que não é crível que o documento de sua autoria, que transportou para o exterior não fosse o seu original.

No entendimento da ATD, a versão que chegou às mãos de Lúcio Lara pelos marítimos, seria então "o original".

Aqui não se vislumbra sequer uma má interpretação das informações prestadas pelos vários protagonistas, neste caso a do próprio Lúcio Lara, que a ATD quer desmentir, trata-se mesmo de acção deliberada pelo enredo que este assunto já provocou.

Na sequência dos factos tomamos conhecimento de uma terceira edição de "(...) Um Ampla Movimento..." numa edição revista e aumentada, como sois fazer-se em programas editoriais, porém no que se refere ao Manifesto, seria, julgávamos nós, a oportunidade soberana da publicação na íntegra do dito original da ATD. A nota número um de Lúcio Lara da 1ª edição desapareceu para dar lugar a notícia do seu "original" numa nota 3.

Os nossos interlocutores neste debate, em que procuramos clarificar com quem está

o original manuscrito do Manifesto do MPLA, até ao momento, não passaram da publicação da primeira e última páginas, tendo na sua nota de esclarecimento, a propósito do nosso artigo, aduzido a página 8.

Em sua defesa dizem "(...) Tudo indica portanto que o Ms2 é uma cópia do Ms1, feita em papel químico preto, provavelmente uma 2ª via (considerando a sua utilização) ficando por saber se terá havido uma 3ª via ou mais que três. (...)

Estas alegações contrariam em absoluto os pontos essenciais do método crítico, pois que não há qualquer referência à trajectória do suposto original. Não basta portanto que um dos protagonistas lhes siga a narrativa, que consideramos falaciosa, do papel químico, é preciso demonstrar mais.

Não duvidamos do uso do papel químico, porém tal não se aplica na divulgação do Manifesto do MPLA, que pelos vistos não aconteceu, pois este documento não percorreu outros caminhos que não fossem os do seu redactor. Até hoje não foi possível ainda encontrar mesmo nos processos dos protagonistas que souberam tão bem interpretar o seu conteúdo e aplicar as suas premissas. Razão tão só, porque os arquivos da PIDE não alcançaram sequer a versão dactilografada, porque ela não se tornou pública, como aqui se faz crer.

Ao historiador colocam-se duas questões, o facto de o título e a data terem sido colocadas a posteriori, isto é, depois da chegada do seu redactor ao exterior do país, procedimento que se pode confirmar pelas declarações de Mário de Andrade, quando se referia aos debates e trabalho conjunto com Viriato da Cruz e as de alguns dos seus companheiros do Comité Director, como as afirmações de Azancot de Menezes. Diremos para fechar este ponto que está confirmado pelo testemunho prestado por mais de um protagonista. _ Viriato viajou com o documento original para o exterior, que este documento sofreu alterações ligeiras no suporte do texto, não se tocou no seu conteúdo, e foi-lhe atribuída uma nova identidade pois passou a ter título e data, a par de algumas anotações em francês de Mário de Andrade.

A resposta para se entender o título, "Manifesto do MPLA", ela está claramente expressa bem no interior do documento, na última página, ou seja na página 17, a partir da palavra de ordem: Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!

Relativamente à data, outro ponto essencial que reclamava explicação. Este dado perturbava sobremaneira os investigadores deste interessante tema. Embora tivessem sido feitas durante décadas, afirmações apriorísticas. Os autores dessa produção historiográfica, não tinham lido o

Manifesto do MPLA, pelas mais variadas razões, contudo o próprio documento fornece as pistas necessárias para uma melhor avaliação, como referimos mais acima.

Com a aplicação do método crítico, como o único caminho que nos conduz à verdade dos factos em Ciências Sociais e não só, faremos a nossa análise. Assim, voltaremos a nossa atenção para o método, que nos impõe-se a crítica da autenticidade para a eliminação de eventuais contradições que o documento possa suscitar. Neste caso, e para afirmarmos a autenticidade do nosso documento, a crítica de proveniência reclama os seguintes elementos:

- Quem redigiu o documento (identidade do autor o documento) ?
- Quando (data do documento)?
- Onde (Lugar do documento)?
- Como (formato do documento) ?
- Por que vias chegou até nós (eventuais rastros deixados pelo documento)?

A todas estas perguntas, o documento publicado pelo MPLA em 2008, pela Associação Chá de Caxinde, por Fernando Correia, no mesmo ano, pela Fundação Agostinho Neto em 2012, responde aos quesitos. Assim se explica que estas instituições e autores optassem por recorrer ao seu original que repousa no espólio de Mário Pinto de Andrade a guarda da Fundação Mário Soares.

As dúvidas sobre a sua existência que ao longo dos anos dominou



e animou vários debates, acreditamos foram dissipadas. As contradições que se estenderam nas várias narrativas que este tema

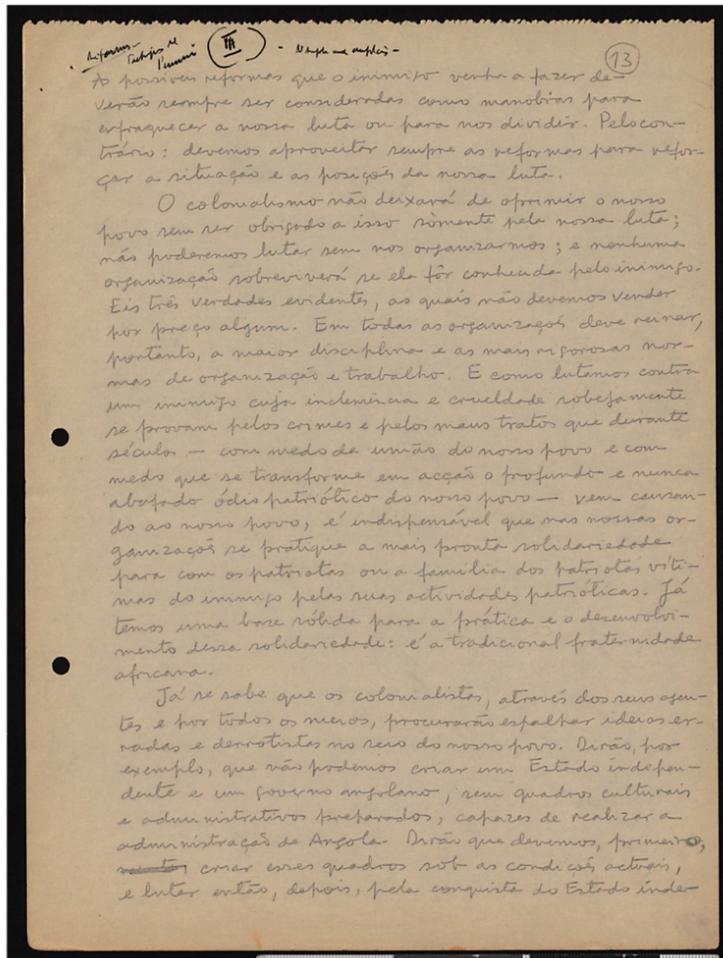
provocou sobre a data, em nosso modesto entender ficaram dissipadas, pelo o que as fontes hoje nos permitiram alcançar.

Conclusão

Duas questões se levantam com a nota de esclarecimento da Associação Tchiweka de documentação a propósito do nosso artigo, que visava tão só eliminar os equívocos e também falsidades na grande entrevista ao Novo Jornal de 14 de Setembro de 2018, do nacionalista Adolfo Maria que advogava a elaboração do Manifesto, fora de Angola, em 1960, e da existência de dois manifestos a guarda de instituições distintas. "(...) Lembrar que Viriato elaborou no exterior um documento escrito a mão com algumas cópias em papel químico - hoje a juventude não sabe desse método. Uma cópia está nos arquivos da Fundação Mário Soares, em Lisboa, e outra em Luanda, no magnífico acervo da Associação Tchiweka de Documentação. (...) Nesse documento foi depois acrescentada com letra e tinta diferente a data de 10 de Dezembro de 1956. E porquê? Isso sucedeu no quadro dum feroz combate entre a UPA e o MPLA, cada um procurando maiores legitimidades. (...)". (In Novo Jornal, pág. 15)

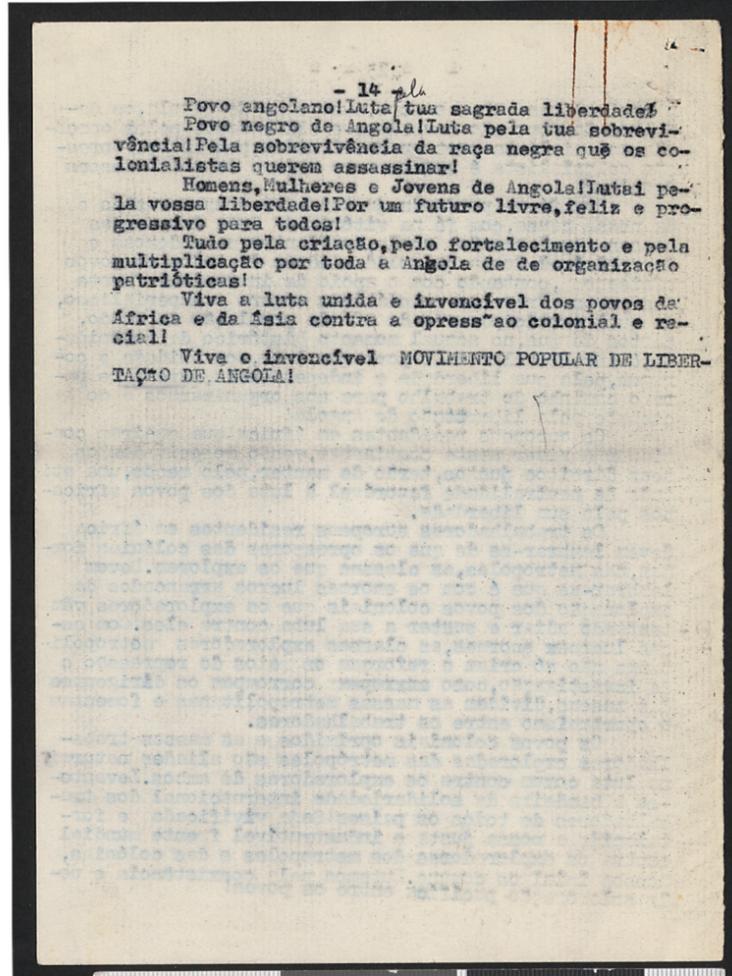
Esta asserção de Adolfo Maria mereceu no nosso artigo do *Jornal de Angola* de 27 de Julho os necessários comentários fundamentados nas das fontes disponíveis e que nos parecem não provocar mais dúvidas.

A nota de esclarecimento da ATD, efectivamente nada esclarece, ou melhor, para o leitor incauto, esta nota pode passar despercebida, porém, para os historiadores, ela impõe necessariamente uma contestação melhor fundamentada, e se possa findar a polémica. A demonstração documental da própria nota, também denuncia o expediente perigoso em que caiu a ATD, basta olhar para a forma como se expuseram as páginas do Manifesto, sempre elegidas pela ATD, pois são sempre as mesmas que publica. Convidamo-la a publicar na íntegra como o fizeram os autores e as instituições que lhe antecederam neste



exercício e quiçá doravante se passe por uma análise laboratorial, e o papel químico possa ser comprovado, e provavelmente se findará de vez este debate.

Quais as motivações que estão na base deste expediente reiteradamente falacioso? Quais terão sido as razões que justificam este modo de proceder, que mancha verdadeiramente a imagem da instituição, dos seus responsáveis, de quem acreditamos possam não estar totalmente inteirados das opções nada convencionais da vertente editorial deste importante documento do MPLA e da História do nacionalismo angolano e da luta travada pela Independência de Angola.



A nota de esclarecimento da ATD, efectivamente nada esclarece, ou melhor, para o leitor incauto, esta nota pode passar despercebida, porém, para os historiadores, ela impõe necessariamente uma contestação melhor fundamentada e se possa findar a polémica. A demonstração documental da própria nota, também denuncia o expediente perigoso em que caiu a ATD, basta olhar para a forma como se expuseram as páginas do Manifesto, sempre elegidas pela ATD, pois são sempre as mesmas que publica. Convidamo-la a publicar na íntegra como o fizeram os autores e as instituições que lhe antecederam neste exercício e quiçá doravante se passe por uma análise laboratorial, e o papel químico possa ser comprovado, e provavelmente se findará de vez este debate